A CONCORRÊNCIA ENTRE O CONJUGE SUPÉRTITE E OS DESCENDENTES DE ACORDO COM O REGIME DE SEPARAÇÃO OBRIGATÓRIA DE BENS:

O IMBRÓGLIO JURÍDICO CRIADO PELOS ARTIGOS 1829, INCISO I E 1.641 INCISO I DO CÓDIGO CIVIL”

Aluna: Patrícia Geraldo da Silva¹

Orientador: Helaine Bressan Mendonça²

SUMÁRIO: 1. Evolução Histórica. 2. Os Regime de Bens. 3. A Restrição legal ao direito de concorrência do cônjuge nos regimes da Separação Convencional de Bens e da Separação Obrigatória de Bens. 4. Conclusão. 5. Referências

RESUMO

O presente artigo, visa analisar o art. 1829,I, do Código Civil 2002, no que tange o direito sucessório ou não do cônjuge sobrevivente no Regime de Separação Convencional de Bens, e ainda o art. 1641,II, do Código Civil de 2002, no tocante ao Regime de Separação Obrigatória de Bens, considerando o descrito nos referidos dispositivos legais e às repercussões geradas pelas diversas interpretações feitas a estes.

PALAVRAS-CHAVES: SUCESSÃO. REGIME DE BENS. VÍNCULO MATROMINIAL. SEPARAÇÃO CONVENCIONAL DE BENS. SEPARAÇÃO ORIGATÓRIA DE BENS. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAS.

¹ Acadêmica do 10º período do Curso de Direito da Faculdade Presidente Antônio Carlos (FUPAC) - Ubá; E-mail: ny_nasilva@hotmail.com

² Pós graduada em Direito Administrativo, Constitucional e Tributário pela UNESA-RJ. Pós graduada em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho pela PUC-BH. Mestra em Direitos Humanos e Hermenêutica Jurídica pela UNIPAC-JF

INTRODUÇÃO

O Direito de Sucessão, é um tema de grande relevância para a sociedade de ontem, hoje e de amanhã, pois ele versa sobre assuntos que geram grandes discussões, cercado de direitos e obrigações, em relação ao de cujus, cônjuge sobrevivente, descendentes e ascendentes.

O art. 1829, trata da “ordem de vocação hereditária”, sobre a sucessão legítima, toda via em seu inciso I referido artigo gera grandes discussões e interpretações referente às sucessões nele contida.

Toda via, outro dispositivo inserido no Código Civil de 2002 , também traz grande polêmica e exige um profundo estudo, pois engloba diversos pontos sociais e jurídicos no mundo de hoje, trata-se do art. 1641,II, do Código Civil de 2002.

Este assunto é de suma importância pois interfere no destino dos bens deixados pelo de cujus e na relação familiar, afetando diretamente àqueles que já estão sensibilizados com a morte do ente familiar, tendo em vista que o tema deste referido artigo é discutir sobre as diferentes interpretações acerca da ordem de sucessão no que tange o Regime da Separação Obrigatória de Bens ,o qual em algumas ocasiões gera grande frustração, e ainda danos materiais à aqueles que participaram do vínculo familiar com o falecido.

A princípio, foi necessário promover estudos sobre a evolução da ordem de sucessão dos herdeiros, bem como uma análise a redação distorcida do inciso I do artigo 1829, e inciso II , do art. 1.641, ambos do Código Civil, expondo assim um leque de divergência e posicionamento de diversos juízes, doutrinadores e demais pessoas ligadas ao meio jurídico.

Foi de suma importância um estudo aos 5(Cinco) regimes de bens descritos em nosso ordenamento jurídico, não hesitando em opinar sobre suas polêmicas e utilidades.

Ao final, pretende-se obter um significado mais coerente em relação aos artigos 1829,I, e 1641,II, CC/02, alertando sobre a inconstitucionalidade deste último, e sobre a lacuna deixada pelo legislador ao criar o artigo 1829,I, do CC/02.Em outras palavras, resta-nos chegar a seguinte conclusão: No artigo 1829,I, CC/02, o cônjuge sobrevivente, casado no Regime de Separação Convencional de Bens herda ou não? E ainda, no que tange o art. 1.641, II,CC/02, cônjuge sobrevivente tem direito à herança mesmo sendo este casado no Regime de Separação Obrigatória de Bens?

Caberá pois, trazer esclarecimentos mais coerentes acerca desses dois dispositivos, para que enfim cheguemos à conclusão de que a Lei protege ou não de forma equivocada o patrimônio de terceiro.

1- EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO SUCESSÓRIO

"No reino dos fins, tudo tem ou um preço ou uma dignidade. Quando uma coisa tem preço, pode ser substituída por algo equivalente; por outro lado, a coisa que se acha acima de todo preço, e por isso não admite qualquer equivalência, compreende uma dignidade." **Immanuel Kant**

O Direito de Sucessão faz parte da sociedade desde a formação desta, passando por várias modificações, senão vejamos:

Nos primeiros momentos, a sucessão era cabível tão somente aos filhos homens, sendo que dentre estes o primogênito sempre teria o "direito maior", em outras palavras a cota- parte deste sempre era maior que a dos demais filhos. As mulheres (sejam elas: cônjuges ou filhas) não obtinham direito a nada, fazendo com que estas continuassem submissas e diminuídas perante a sociedade e em seu seio familiar, já que se figurava o pater famílias como o "ditador" do certo e errado, e como ainda absoluto dono não só da mulher, mas também de todo o patrimônio que esta obtinha. Antes pois, casava-se não só com a mulher mas também com seus bens, e estes passaram a ter a sua titularidade em nome do homem, excluindo toda a autoridade da mulher.

No Direito Romano, percebemos vários períodos em que o direito de sucessão sofrera grandes oscilações, mantendo alguns reflexos no Código Civil de 1916. Toda via nesse período já se visava uma proteção ao cônjuge sobrevivente, porém o nubente herdava em quarto grau na ordem de sucessão, e se caracteriza de fato a prioridade em se proteger a família que o cônjuge. Caio Mário comenta sobre o assunto:

"Em nosso direito anterior ao Código Civil de 1916, cônjuge herdava em quarto lugar na ordem da vocação hereditária, colocado depois dos colaterais, chamados a suceder em grau tão remoto (décimo) que, no dizer de Beviláquia, se encontravam mais na condição de conterrâneos que de parentes. Tal situação, refletindo profunda iniquidade, durou até o advento da Lei nº 1.839, de 31 de dezembro de 1907, denominada "Lei Feliciano Pena" em homenagem ao senador mineiro, seu autor. Essa lei chamou o cônjuge em terceiro lugar, antes dos colaterais."

No período do código anterior ao vigente nos dias de hoje podemos perceber que este passou por grandes modificações até o atual que é de 2002. Haja vista que, o código de 1916, deu o direito de herança ao cônjuge sobrevivente, com base em dois pressupostos:

- I) Na ausência dos descendentes ou ascendentes, observa-se aqui que no código civil de 1916, a existência de ascendentes e descendentes excluía o cônjuge sobrevivente do rol da sucessão;
- II) Não estarem os cônjuges legalmente;

Toda via, é importante salientar que, caso ainda com todas essas restrições o cônjuge para poder herdar teria que estar casado com o de cujus, até o momento da morte, sendo que caso este já estivesse divorciado, não entraria na sucessão. O código civil de 2002 trouxe grandes benefícios aos cônjuges equiparando-se ao que a este era atribuído em 1916, porém as regras do novo código civil, só serão aplicadas às sucessões iniciadas a partir do dia 11 de janeiro de 2003, as demais abertas anteriores a este período serão regidas pelas regras do ornamento jurídico que vigorava na época. Há de se dizer também que hoje os regimes de bens, mediante alguns procedimentos, podem sofrer alterações, fato que em 1916 não era cabível, visto que os regimes de bens de referido período versava sobre a imutabilidade dos regimes, por isso os nubentes deveriam pensar e analisar bem qual regime iriam adotar, pois uma vez firmado era irrevogável o acordo firmado.

Os regimes de bens que existiram no código civil de 1916, eram:

- I) Comunhão Universal (Regido pelos artigos 262 a 268);
- II) Comunhão Parcial (Regido pelos artigos 269 a 275);
- III) Separação (Regido pelos artigos 276 e 277) ;
- IV) Dotal (Regido pelos artigos 278 a 311);

Em 1916, o regime legal ao qual em casos de omissão dos nubentes era impetrado neste é o da Comunhão Universal de Bens, ponto este que também foi modificado pelo vigente código civil nos dias de hoje.

2- OS REGIMES DE BENS

Em nosso ordenamento jurídico, nos deparamos com 5(Cinco) Regimes de Bens, que são tratados nos artigos 1.641,1.658,1.667,1.672,e 1.687 do Código Civil de 2002, na visão do respeitável doutrinador Silvio Venosa têm-se o seguinte conceito:

“Regime de Bens, constitui a modalidade de sistema jurídico que rege as relações patrimoniais derivadas do casamento”

Há de se saber que é de suma importância a existência dos regimes de bens, pois esses tem um papel de fiscalizador, de protetor, visto que conduzem e regulamentam o patrimônio comum de pessoas civis que ao se unirem em casamento constituem assim um novo patrimônio, sendo que, cada dos nubentes ainda obtém o patrimônio individual que já obtinham antes do matrimônio.

Ressalta-se ainda, uma sexta modalidade de regimes de bens, porém esta é criada não pelo legislador, mas sim pelos próprios nubentes, que no momento do pacto antenupcial estabelecem regras diferentes daquelas estipuladas pelos ditos regimes inclusos no nosso ordenamento jurídico. Para podermos visualizar melhor tal situação, observemos o seguinte exemplo:

Homem e mulher decidem contrair núpcias, toda via no momento da concretização do vínculo matrimonial os nubentes decidem se casar no regime de comunhão total de bens, porém optaram por diferenciar a divisão ora proposta pelo regime, já que neste cada cônjuge obtém à título de meação 50% (Cinquenta por cento) dos bens adquiridos antes e na constância do casamento. Porém no ato do casamento, eles resolvem que o marido obterá 60% (Sessenta por cento) dos bens e a mulher terá apenas direito a 40% (Quarenta por cento), caso venha a se romper o vínculo matrimonial. Essa hipótese é diferente do que de fato rege o regime de comunhão total de bens, no qual o protocolo original da lei é: 50% (Cinquenta por cento) para um, 50% (Cinquenta por cento) para outro.

Ocorre que, pode-se parecer estranho, mas o “sexto regime” (criado pelos cônjuges), tem o seu embasamento legal, senão vejamos:

“**Art. 1.639.** É lícito aos nubentes, antes de celebrado o casamento, estipular, quanto aos seus bens, o que lhes aprouver.”

Ocorre ainda, que como um marco na evolução jurídica, visualizamos ao compararmos o Código Civil de 1916 com o Código Civil de 2002, verificamos que além da possibilidade de se criar um outro regime, podem ainda os nubentes mesclar os regimes de bens entre si. No que se refere a este assunto, vejamos o que nos diz o respeitável doutrinador Silvio de Sávio Venosa:

“Desse modo , os nubentes podem não só adotar um dos regimes descritos na lei, assim como mesclá-los entre si .No sistema a ser introduzido pelo Estatuto das Famílias, a escritura somente será necessária se os nubentes optarem por mesclar regimes. Podem, por exemplo , determinar que o regime será o da comunhão universal, mas que determinado bem, como as quotas de uma sociedade ou as ações de uma empresa, permaneçam na propriedade exclusiva de um dos cônjuges; podem estipular que o regime será o da separação completa de bens ,mas que determinado bem móvel ou imóvel será comum etc.”

Contudo o casamento obtém efeitos jurídicos:

- De caráter familiar: Que é aquele em que concretiza a união de duas pessoas, visando a estabilidade familiar que é criada com o casamento, procurando garantir a assistência sentimental e material de um cônjuge para com o outro, e ainda de ambos para com os filhos.
- De caráter patrimonial: Que é aquele que visa proteger os cônjuges e seu patrimônio, afim de que havendo algum diversidade, que venha acarreta a separação, nenhuma das partes sejam prejudicadas. Podendo ainda, gerar reflexos no que se refere os negócios jurídicos, porque dependendo do regime de bens contraído ,este poderá afetar diretamente a relação dos credores com os nubentes.

Como dito anteriormente, no Novo Código Civil de 2002,é trazido 5(cinco) modalidades de regimes de bens ,que são respectivamente:

A) REGIME DE COMUNHÃO TOTAL DE BENS;

B) REGIME DE COMUNHÃO PARCIAL DE BENS ;

C) REGIME DA PARTICIPAÇÃO FINAL DOS AQUESTOS;

D)REGIME DA SEPARAÇÃO DE BENS:

* SEPARAÇÃO CONVENCIONAL: Que é aquele que decorre da vontade das partes.

* SEPARAÇÃO OBRIGATÓRIA: Que é aquele em que a LEI IMPÕE aos cônjuges no momento do ato do casamento , em alguns casos especificados no Código Civil de 2002.

A.1) DO REGIME DA COMUNHÃO TOTAL DE BENS:

Ressalvadas algumas exceções legais, nesse regime ocorre a comunicação total de bens de ambos os cônjuges, sendo aqueles adquiridos antes e durante o casamento. O Código

Civil de 2002, traz em seu art. 1667, o conceito do regime da comunhão total de bens, e no art. 1668 as exceções impostas a este regime, vejamos então o que nos diz o legislador:

“Art. 1.667. O regime de comunhão universal importa a comunicação de todos os bens presentes e futuros dos cônjuges e suas dívidas passivas, com as exceções do artigo seguinte.”

“Art. 1.668. São excluídos da comunhão:
I - os bens doados ou herdados com a cláusula de incomunicabilidade e os sub-rogados em seu lugar;
II - os bens gravados de fideicomisso e o direito do herdeiro fideicomissário, antes de realizada a condição suspensiva;
III - as dívidas anteriores ao casamento, salvo se provierem de despesas com seus aprestos, ou reverterem em proveito comum;
IV - as doações antenupciais feitas por um dos cônjuges ao outro com a cláusula de incomunicabilidade;
V - Os bens referidos nos incisos V a VII do art. 1.659”

Sabe-se que este regime em épocas anteriores à criação do Código Civil de 2002, era o regime legal aplicado de imediato em caso de silêncio dos nubentes no ato do casamento. Toda via, em acompanhamento ao avanço da sociedade este regime deixou de ser o aplicado em caso de silêncio e passou a ser escolhido por livre vontade das partes.

Fazendo uma reflexão sobre os artigos anteriormente mencionados, percebemos que neste regime, comunicam-se todos os bens do casal, ressalvadas as exceções também acima mencionadas. Tudo o que se adquirem por ambos os cônjuges participa da comunhão, tanto os bens anteriores quanto os presentes e futuros, o patrimônio é unificado, e passa a pertencer aos dois nubentes, independente se foi um ou outro que adquiriu.

Fato é que o matrimônio constituído através deste regime, engloba o patrimônio total de ambos os cônjuges, ou seja tudo que fora adquirido antes ou depois do casamento, mesmo sendo a título de doação, adiantamento de herança, herança em inventário, compra, dentre outras formas de constituição de patrimônio. A comunhão é tamanha que, até mesmo se um dos nubentes possuir bens e o outro nada obtiver, os bens ora pertencentes àquele que tem patrimônio, passarão também a ser do cônjuge que até então nada obtinha, fazendo assim com que o patrimônio se torne comum para ambos. Ocorre uma fusão entre o patrimônio dos cônjuges, e em consequência forma-se uma universalidade com tudo que for ou foi adquirido na constância do casamento. Toda via todos os bens se comunicam, e em contra partida as dívidas passivas e encargos também, um é responsável pelo outro por inteiro.

A lição de Silvio Venosa , nos diz:

“No regime da comunhão universal, há um patrimônio comum, constituído por bens presente e futuros. Os esposos têm a posse e propriedade em comum, indivisa de todos os bens ,móveis e imóveis, cabendo a cada um deles a metade ideal. Como consequência ,qualquer dos consortes pode defender a posse e a propriedade dos bens.”

Por fim, cabe acrescentar que, caso os nubentes optem por este regime no momento do casamento, estes deverão firmar o pacto antenupcial , e demonstrar o consentimento para a alienação dos bens comuns.Com o fim do vínculo caberá ao cônjuge sobrevivente 50%(Cinquenta por cento) do montante dos bens, ou seja, a meação do patrimônio, já que não se fala em herança pois como dito anteriormente todo o montante se torna comum , e se o Cônjuge além da meação, também herdasse, está divisão seria injusta visto que ele iria obter benefício maior e relação aos bens em concorrência com os demais herdeiros.

B.1) REGIME DE COMUNHÃO PARCIAL DE BENS:

Referido regime está devidamente tipificado no ordenamento jurídico, como também as suas exceções, como podemos verificar nos dispositivos transcritos abaixo:

“**Art. 1.658.** No regime de comunhão parcial, comunicam-se os bens que sobrevierem ao casal, na constância do casamento, com as exceções dos artigos seguintes.”

“ **Art. 1.660.** Entram na comunhão:

I - os bens adquiridos na constância do casamento por Título oneroso, ainda que só em nome de um dos cônjuges;

II - os bens adquiridos por fato eventual, com ou sem o concurso de trabalho ou despesa anterior;

III - os bens adquiridos por doação, herança ou legado, em favor de ambos os cônjuges;

IV - as benfeitorias em bens particulares de cada cônjuge;

V - os frutos dos bens comuns, ou dos particulares de cada cônjuge, percebidos na constância do casamento, ou pendentes ao tempo de cessar a comunhão.”

“ **Art. 1.659.** Excluem-se da comunhão:

I - os bens que cada cônjuge possuir ao casar, e os que lhe sobrevierem, na constância do casamento, por doação ou sucessão, e os sub-rogados em seu lugar;

II - os bens adquiridos com valores exclusivamente pertencentes a um dos cônjuges em sub-rogação dos bens particulares;

- III** - as obrigações anteriores ao casamento;
- IV** - as obrigações provenientes de atos ilícitos, salvo reversão em proveito do casal;
- V** - os bens de uso pessoal, os livros e instrumentos de profissão;
- VI** - os proventos do trabalho pessoal de cada cônjuge;
- VII** - as pensões, meios-soldos, montepios e outras rendas semelhantes.”

Nos dias de hoje ,esse regime também chamado de regime legal, tendo em vista em caso de silêncio das partes no ato do casamento, este será a regra para a concretização do matrimônio. Nesse regime, comunicam-se apenas os bens adquiridos na constância do casamento, porém aqueles adquiridos antes do vínculo matrimonial permanecem no patrimônio do dono, não participando estes da comunhão.

Silvio Venosa, dita o seu entendimento acerca do assunto:

“ A ideia central no regime da comunhão parcial ,ou comunhão de adquiridos, como é conhecido no direito português, é a de que os bens adquiridos após o casamentos, os aquestos, formam a comunhão de bens do casal. Cada esposo guarda para si, em seu próprio patrimônio, os bens trazidos antes do casamento.”

Pode-se observar então, que aqui surge 3 massas patrimoniais, ou seja:

- I- Os bens do esposo (Adquiridos antes do casamento);
- II- Os bens da esposa (Adquiridos antes do casamento);
- III- Os bens comuns dos nubentes (Os bens após o casamento);

Como nos demais regimes, aqui também se extingue o vínculo matrimonial, caso ocorra o evento morte, separação ou divórcio ,incluindo-se também os casos de anulação do casamento. Ocorrendo pois, a dissolução do casamento, caberá a cada cônjuge somente a divisão dos bens comuns ,pois os bens particulares são preservados e não entram na divisão. O cônjuge sobrevivente, em relação a patrimônio comum, irá ter 50%(Cinquenta por cento) deste, sendo que os outros 50%(Cinquenta por cento) deverá concorrer com os demais herdeiros do de cujus, além disso ficará com seu patrimônio particular ,formando-se as três massas:

- I- Os bens particulares;

- II- Os bens recebidos a título de meação;
- III- Os bens adquiridos a título de herança em concorrência com os demais herdeiros

C.1) REGIME DA PARTICIPAÇÃO FINAL DOS AQUESTOS:

O regime de bens da Participação Final dos Aquestos, é aquele em que são incomunicáveis os bens que cada um possuir ao casar, incluindo os de uso pessoal, livros e instrumentos utilizados para se exercer a profissão, faz-se ressaltar ainda que a administração dos bens é de responsabilidade absoluta daquele que em seu nome este constar, podendo ainda o titular tomar qualquer decisão referente a esses bens sem qualquer autorização e sem o consentimento do outro cônjuge. É feita a escritura de pacto antenupcial, comunicando-se assim os bens adquiridos depois do casamento, com exceção de herança e doação. Abaixo, vejamos o dispositivo legal de que se trata referido regime:

“Art. 1.672. No regime de participação final nos aquestos, cada cônjuge possui patrimônio próprio, consoante disposto no artigo seguinte, e lhe cabe, à época da dissolução da sociedade conjugal, direito à metade dos bens adquiridos pelo casal, a Título oneroso, na constância do casamento.”

“Art. 1.673. Integram o patrimônio próprio os bens que cada cônjuge possuía ao casar e os por ele adquiridos, a qualquer Título, na constância do casamento.

Parágrafo único. A administração desses bens é exclusiva de cada cônjuge, que os poderá livremente alienar, se forem móveis.”

“Art. 1.674. Sobrevindo a dissolução da sociedade conjugal, apurar-se-á o montante dos aquestos, excluindo-se da soma dos patrimônios próprios:

I - os bens anteriores ao casamento e os que em seu lugar se sub-rogaram;

II - os que sobrevieram a cada cônjuge por sucessão ou liberalidade;

III - as dívidas relativas a esses bens.

Parágrafo único. Salvo prova em contrário, presumem-se adquiridos durante o casamento os bens móveis.”

Este regime é uma inovação do Código Civil de 2002. Pode-se dizer que nesse regime, cada cônjuge possuiu seu patrimônio, e ao ocorrer a extinção do vínculo matrimonial, cada um terá a direito à metade dos bens comuns, adquiridos a título oneroso, na vigência do casamento.

Silvio Venosa, manifesta acerca do assunto:

“Esse regime, com muitas nuances e particularidades diversas é adotado também em outras legislações. Sua utilidade maior, em princípio, é para aqueles cônjuges que atuam em profissões diversas em economia

desenvolvida e já possuem certo patrimônio ao casar-se ou a potencialidade profissional de fazê-lo posteriormente.”

Ocorre que, pressupõe-se um desenvolvimento econômico dos cônjuges, e particularmente acredito que esse objetivo, não condiz com a realidade do nosso país, pois o que hoje está alastrando em nossa população é a miséria, a fome, a falta de recursos para saúde, famílias com rendas baixíssimas, o referido regime não estaria então de acordo com a maioria dos cidadãos que hoje fazem parte do nosso país, se por ventura venham um dia a contrair núpcias, este regime não se enquadraria na situação real de determinados nubentes.

Além da questão econômica que foi acima mencionado, cabe alertar que esse regime se torna um tanto quanto vulnerável, pois facilita e muito a prática de ações legais para o cônjuge de má-fé, tendo em vista que o cônjuge poderá a qualquer momento se dispor de seus bens, alienando-os, de modo que caso ocorra a dissolução do matrimônio, este não obtenha nada para integrar a comunhão. Essa prática é facilitada porque qualquer decisão que um cônjuge venha a ter sobre o bem, não necessitará de fazê-la com a autorização do outro cônjuge, com isso gera-se uma insegurança não só para os entes da relação matrimonial, bem como também para os credores que venham a negociar com estes.

Ocorre portanto somente duas massas patrimoniais:

- I- Do esposo (Bens particulares no qual se incluem nesse rol também aqueles bens que ele adquiriu durante o casamento);
- II- Da esposa (Bens particulares, no qual se incluem nesse rol também aqueles bens que ela adquiriu durante o casamento);

Ambos possuem total controle de seus bens, em outras palavras, vivem como se este fosse o regime da separação de bens, porém na expectativa da meação quando ocorrer a exclusão do vínculo matrimonial.

D.1) REGIME DA SEPARAÇÃO TOTAL DE BENS:

A separação obrigatória de bens, tem o seu conceito, devidamente tipificado no artigo 1.687,do Código Civil de 2002,senão vejamos:

“**Art.1.687.** Estipulada a separação de bens, estes permanecerão sob a administração exclusiva de cada um dos cônjuges, que os poderá livremente alienar ou gravar de ônus real.”

Este regime tem por característica a não comunicabilidade dos bens, cada cônjuge possui o seu patrimônio e mesmo com a extinção da sociedade conjugal, os patrimônios não entram em comunhão , há de fato uma separação total dos bens.

Referido regime, não decorre somente da vontade das partes ,mas também por imposição legal.

Observemos então que esse regime não é um ,mas sim dois:

- Regime de Separação Convencional de Bens;
- Regime de Separação Obrigatória de Bens;

No regime de separação convencional de bens, é dado aos nubentes o direito de escolha do regime a ser adotado, bem como casos esses optem pela separação de bens, fazerem menções no pacto antenupcial, podendo estes estabelecerem a comunicabilidade de determinados bens e ainda, a sua forma de administração. Toda via, no silêncio dos nubentes ,a concretização do matrimônio no regime de separação convencional seguirá o rito normal, qual seja ,cada cônjuge cuidará do seu patrimônio, excluindo a comunicabilidade dos bens.

No regime de separação obrigatória de bens , ocorre a imposição deste em algumas situações, no momento do casamento. O art. 1.641,CC/02,nos diz os casos em que irá ocorrer a imposição do regime, vejamos então:

“**Art. 1.641.** É obrigatório o regime da separação de bens no casamento:
I - das pessoas que o contraírem com inobservância das causas suspensivas da celebração do casamento;
II – da pessoa maior de 70 (setenta) anos;
III - de todos os que dependerem, para casar, de suprimimento judicial.”

Os casamentos com infração às cláusulas suspensivas, é elencado às regras da obrigatória mencionadas ,mas com ares de sanção àqueles que desobedecem a alguma imposição da lei, firmando um caráter coercitivo. No artigo 1.523 do CC/02,verificamos que há uma certa ameaça por parte do legislador quando este frisa “não deve se casar”, senão vejamos:

“**Art. 1.523.** Não devem casar:

I - o viúvo ou a viúva que tiver filho do cônjuge falecido, enquanto não fizer inventário dos bens do casal e der partilha aos herdeiros;

II - a viúva, ou a mulher cujo casamento se desfez por ser nulo ou ter sido anulado, até dez meses depois do começo da viuvez, ou da dissolução da sociedade conjugal;

III - o divorciado, enquanto não houver sido homologada ou decidida a partilha dos bens do casal;

IV - o tutor ou o curador e os seus descendentes, ascendentes, irmãos, cunhados ou sobrinhos, com a pessoa tutelada ou curatelada, enquanto não cessar a tutela ou curatela, e não estiverem saldadas as respectivas contas.”

Os casamentos de menores só podem ocorrer mediante autorização judicial, sendo que se este for realizado de forma diversa, ou seja sem autorização, será pois anulável. Por quanto, aos nubentes menores que é dada a autorização judicial para a realização do matrimônio ,é feita a emancipação destes, ou seja ,mesmo sendo menores ,irão responder e obter a capacidade civil como se maiores fossem.

Silvio Venosa, comenta sobre o assunto:

“O legislador entende ,por exemplo, que o menor que se casa com suprimimento judicial da vontade de seus pais ou para furtar-se à imposição de pena criminal necessita de maior proteção no curso do casamento. No entanto, o legislador, direcionado para uma posição essencialmente patrimonial, esbarra em nossa realidade social. Geralmente ,os casamentos de pessoas nessas condições ocorrem nas classes menos favorecidas ,cujo o patrimônio se constituirá nos anos futuros ao casamento. Ainda porque os membros das classes mais favorecidas terão maiores possibilidades de elaborar pacto antenupcial. O melhor regime ,o que mais atende às situações sociais, não somente nessa hipótese de imposição legal, mas também nas demais ,é o da comunhão parcial.”

Nos casos em que ocorre o casamentos de maiores de 70 anos , a lei se apresenta um tanto equivocada em relação a proteção do patrimônio do nubente mais velho e ainda injusta com relação ao caráter e sentimento do nubente mais jovem.

O legislador ao estipular tal imposição , assim o fez por acreditar que pessoas maiores de 70 anos , já obtém um patrimônio estabilizado. Lado outro ao deparar com a juventude ,preocupa-se em conseguir afastar o sentido d patrimônio por parte do nubente jovem, a fim de que este ao casar-se com uma pessoa maior de

70 anos , vise tão somente a comunhão não do patrimônio, mas do afeto e amor venha a uni-los em matrimônio.

Toda via ,mesmo grande parte dos doutrinadores acharem equivocado tal raciocínio, o legislador manteve a posição. Vale ressaltar que a idade antes da Lei nº 12.34/2010,era de 60 anos para ambos os sexos, porém depois da vigência da referida lei passou este regime a ser obrigatório para maiores de 70 anos.

Ao elevar a idade ,o legislador assim o fez para atender ao constante ritmo de vida que as pessoas dos dias de hoje obtém, bem com aos novos padrões de vida que estão se alcançando .Porém ,parece estranho que o mesmo legislador que se aparenta atento à evolução da pessoa humana ,se torne parado no tempo ao subestimar a consciência e discernimento de pessoas maiores de 70 anos ,indo em desencontro com o seu raciocínio para atender aos novos padrões de vida.

Já impostos sucintamente o estudo frente aos regimes de bens, cabe agora adentrar na discussão que envolve referido trabalho.

3- A RESTRIÇÃO LEGAL AO DIREITO DE CONCORRÊNCIA DO CÔNJUGE NOS REGIMES DA SEPARAÇÃO CONVENCIONAL DE BENS E DA SEPARAÇÃO OBRIGATÓRIA DE BENS .

Toda via , por uma confusão criada pelo legislador, restou aos doutrinadores e a jurisprudências adequar e interpretar o art. 1829,I, do Código Civil de acordo com as situações que venham a se deparar.

Em se tratando da RESTRIÇÃO feita ao direito de concorrência por lei em alguns casos, objeto o qual é e parte motivo do presente artigo, ocorrem vários questionamentos acerca desse assunto.

A começar pelo direito ou não sucessório que o cônjuge sobrevivente, casado no regime de separação de bens obteria. No caso em questão, o art. 1.829,I do CC/02 , criou uma lacuna ao citar determinadas situações em que não ocorrerá a sucessão, e ao se omitir no que tange o regime da separação convencional de bens. Como já dito anteriormente, o cônjuge casado no regime de separação de bens, não obtém o direito a herança e nem a meação. Toda a via a corrente majoritária vem se apoiando que o cônjuge casado no regime de convencional de separação de bens, teria de fato direito a sucessão ,tanto por este não poder ser meeiro(caso que deixaria a mercê),quanto por ele não está elencado no rol estabelecido

no referido artigo. Por conta dessa lacuna deixada no dito artigo, aonde o legislador cita o regime de separação obrigatória de bens e se omite em face do regime de separação convencional, criou-se grandes repercussões. Ao analisar o dispositivo, alguns doutrinadores acreditam que ao escrever “separação obrigatória”, no corpo do artigo o legislador estaria englobando tanto o regime de separação convencional, quanto o obrigatória. Fato é que não se pode confundir um com outro, as espécies são diferentes, porém em consequência ao vazio deixado pela lei cada um o interpreta da maneira que melhor lhe couber. O raciocínio mais lógico é de que o cônjuge tem direito a herança, porque não pode o Estado deixá-lo a mercê da sorte, o que também não pode ocorrer no regime de separação obrigatória de bens. Para que tenha o cônjuge uma segurança jurídica é dado a este o direito de herança, nos casos em o regime vez estipulado não dá a estes o direito a meação, o cônjuge sobrevivente é equiparado a herdeiro necessário, fazendo jus a herança, independente do regime.

Em outras palavras, seria injusto excluir o nubente sobrevivente da sucessão, em relação ao regime de separação convencional de bens, visto que esta é uma forma do legislador proteger –lô, dando a este a garantia mínima para sua sobrevivência. Sobre esse assunto, já se ocorreu em nosso ordenamento decisão favorável nesse sentido, senão vejamos:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARROLAMENTO. Sucessão testamentária e legítima. Casamento pelo regime da separação convencional de bens. Cônjuge supérstite é herdeiro necessário do "de cujus" e concorre com os descendentes na legítima, ainda que beneficiado em testamento com 50% dos bens do espólio. Inteligência dos artigos 1.829, I, e 1.845, do Código Civil. Recurso provido.

(TJ-SP - AI: 807385820128260000 SP 0080738-58.2012.8.26.0000, Relator: Milton Carvalho, Data de Julgamento: 30/08/2012, 4ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 01/09/2012)

Fato é que as restrições impostas pelo legislador fere diversos pontos do direito, incluindo em matéria de Direito Constitucional e Direito de Família. O primeiro questionamento há se ressaltar é a estranha forma de como o legislador abordou o regime de separação total de bens. Como dito anteriormente, esse regime se divide em dois:

- a) Separação Obrigatória;
- b) Separação Convencional;

Ocorre que, mesmo advindos da mesma natureza, o legislador vêem diferenciando o tratamento em ambas, pois a única diferença que visualizamos entre uma e outra é que, uma advém da vontade das partes e a outra da lei, fazendo com que a forma há se conduzir essas

matérias seja equivocada, já que como podemos averiguar o legislador garante o direito de herança aos nubentes casados no regime de separação convencional de bens e o restringe no regime de separação obrigatória de bens.

A imposição de um regime de bens aos maiores de 70 anos ,é totalmente absurda visto que restringe a pessoa o direito de se dispor dos seus próprios bens. O tratamento desigual é caracterizado pelo fato do legislador permitira concorrência no regime de separação convencional de bens ,e vetar esta na separação obrigatória.

Para esse ponto, verifica-se que não é observado o Princípio da Igualdade, pois ao diferenciar o tratamento tanto para os nubentes, quanto para os regimes ora expostos ,é nítida a injustiça em torno do referido princípio, que visa o tratamento igualitário para todos os cidadãos, como veremos a seguir:

“O princípio da igualdade essencial do ser humano, não obstante as múltiplas diferenças de ordem biológica e cultural que os distinguem entre si, é afirmado no artigo 2º da Declaração Universal de 1948. O pecado capital contra a dignidade humana consiste, justamente, em considerar e tratar o outro – um indivíduo, uma classe social, um povo – como um ser inferior sob pretexto da diferença de etnia, gênero, costumes ou fortuna patrimonial. Algumas diferenças humanas, aliás, não são deficiências, mas bem ao contrário, fontes de valores positivos e, como tal, devem ser protegidas e estimuladas. Como conseqüências dessa igualdade de essência, o artigo VII reafirma a regra fundamental da isonomia, proclamada desde as revoluções americana e francesa do século XVIII. “(COMPARATO, 2009) .

Nosso país é um Estado Democrático de Direito, como pode ser então que seja MONOCRÁTICO , no sentido de vetar e impor determinadas decisões às cidadãos?

A lição de Sá Teixeira é clara no que diz respeito esse assunto:

“(…) a igualdade substancial, que determina tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais. Isso coloca em questão, em primeiro plano, o ditame codificado que prevê que todo idoso – isto é, o maior de 60 anos – deve casar-se no regime da separação obrigatória de bens, consoante o art. 1.641, II, CCB/02. Ora, por que, pela simples condição de idoso ele estaria interdito de amar e não teria o exercício de sua autonomia preservado? Velhice não é sinônimo de debilidade mental, razão pela qual não poderia receber tratamento diferenciado dos demais.” (TEIXEIRA; SÁ, 2004, p.23).

Para Dias, um dos adeptos desse entendimento, a intenção do legislador é falha, visto que este fere diretamente os Princípios Constitucionais que regem nosso ordenamento jurídico, senão vejamos:

“Manter a punição da adoção obrigatória de um regime sem comunicação de bens, porque as pessoas casaram sem obedecer às causas suspensivas da celebração do casamento – ou porque contavam com mais de 60 anos, ou ainda porque casaram olvidando-se do necessário suprimento judicial -, é ignorar os princípios elementares de direito constitucional. Atinge direito cravado na porta de entrada da Carta Política de 1988, cuja tábua de valores coloca em linha de prioridade o princípio da dignidade humana.”(DIAS, 2007, p. 233)”

Maria Berenice Dias também demonstra sua indignação sobre esse tema, como observamos a seguir:

“ Também não se atina por que, no regime legal de separação de bens (art. 1.641 do CC), não há direito à concorrência , limitação que inexistente em havendo opção pela separação de bens por pacto antenupcial, uma vez que tal regime não foi inserido entre exceções legais. Em ambas as hipóteses , não há falar em direito sucessório do cônjuge sobrevivente. Se a incomunicabilidade decorre da manifestação de vontade dos cônjuges, é assegurado ao cônjuge sobrevivente o direito de concorrer com os herdeiros sobre todo o acervo hereditário. No entanto, se o mesmo regime de separação de bens decorre de imposição legal, ainda que injustificável a postura do legislador, não existe direito de concorrência. A menos que se vislumbre uma tentativa de punir quem casa com mais de 60 anos(Já que com a Lei 12.344 de 9 de dezembro de 2010,o regime de separação legal de bens passou a ser obrigatório para os maiores de 70 anos).”

Vale ressaltar-se que, o pacto ora firmado pelos nubentes tem efeitos DURANTE O CASAMENTO, ou seja, quando duas pessoas se direcionam ao cartório para firmar um vínculo matrimonial, é escolhido um regime de bens para que durante o casamento, e por algum motivo de força maior venha ocorrer uma separação em vida, possa os nubentes estarem protegidos e ainda dividir e assumir piamente aquilo que no dia da constituição do vínculo através do regime ora escolhido e ainda por aquilo que foi firmado no pacto antenupcial surte efeitos.

Depois que ocorre a morte, firma-se outra relação, iniciando um novo círculo ,o qual deve-se observar as pessoas que constituem este, caso a caso para que não se cometa nenhuma injustiça. Vários questionamentos são impostos como por exemplo, se o cônjuge não que deixar o outro nubente à mercê caso venha ocorrer ao fato morte , este pode usar de outros meios legais para beneficiar o cônjuge companheiro, como através de doação, e testamento.

O que pode –se dizer em relação deste questionamento é que , aqui também ocorre um erro gravíssimo, pois como podemos presumir o momento, hora que a pessoa irá falecer? E se quando saírem do cartório um dos nubentes sofrerem uma acidente e este acarretar a sua morte? Fato é que, trata-se de uma situação muito delicada, a qual inspira-se estudos

profundos e coerentes para se visualizar o melhor para a vida do cônjuge sobrevivente, pois não temos como presumir como será o nosso dia amanhã, tudo pode acontecer em qualquer tempo e lugar, e por isso cabe ao direito não desamparar a ninguém.

Ao se restringir o direito sucessório para o cônjuge sobrevivente, casado no regime de separação obrigatória de bens, é sabido que a proteção dos entes participantes da relação familiar se torna vulnerável, visto que o cônjuge fica totalmente desamparado depois do falecimento, o que deixa a desejar o Princípio da Solidariedade Familiar, tendo em vista que este tem por base proteger a convivência social das pessoas que participam da referida relação familiar, no sentido de se frisar o dever de um para com o outro, constituindo assim responsabilidades e direitos entre os entes familiares.

Dias traz seu entendimento acerca do assunto:

“Solidariedade é o que cada um deve ao outro. Esse princípio, que tem origem nos vínculos afetivos dispõe de conteúdo ético, pois contém em suas entranhas o próprio significado da expressão solidariedade, que compreende a fraternidade e a reciprocidade. A pessoa só existe quando coexiste. O princípio da solidariedade tem assento constitucional, tanto que em seu preâmbulo assegura uma sociedade fraterna.” (DIAS, 2007, p.63)

Lado outro, verifica-se ainda que ocorre outra presunção que é a de má-fé por parte do cônjuge que vem a constituir casamento com uma pessoa maior de 70 anos, fato que fere diretamente o Princípio da Dignidade Humana, vez que esse princípio visa proteger a dignidade de todo e qualquer ser humano, pelo fato ainda que esse princípio é o primeiro na pirâmide no âmbito do direito, não podendo portanto o legislador presumir que há má-fé por parte de um dos nubentes, mesmo porque a má-fé não se presume, se comprova.

Rosenvald e Farias também comunga da mesma opinião no que tange o Princípio da Dignidade Humana o mais importante no nosso ordenamento jurídico como observamos abaixo:

“Nessa trilha de raciocínio, destaque-se que o mais precioso valor da ordem jurídica brasileira, erigido como fundamental pela Constituição de 1988 é a dignidade humana. Assim, como consectário, impõe reconhecer a elevação do ser humano ao centro de todo o sistema jurídico, no sentido de que as normas são feitas para a pessoa e para a sua realização existencial, devendo garantir um mínimo de direitos fundamentais que sejam vocacionados para lhe proporcionar vida com dignidade.”(FARIAS; ROSENVALD; 2007, p.98)

Vejamos ainda, o que diz o autor Nunes sobre o assunto:

“A dignidade humana é um valor já preenchido a priori, isto é, todo ser humano tem dignidade só pelo fato de ser pessoa.” (NUNES, 2009, p.25)

O Princípio da Autonomia, também deve ser destacado, tendo em vista que quando a lei impõe o regime de separação obrigatória de bens, acaba por esquecer que todos temos a capacidade de controlar e dispor dos bens da forma como bem entender, ressalvado as exceções(Por exemplo: Curatelados, Interditados, etc.), hoje uma pessoa de 70 anos ainda obtém grande discernimento para tomar atitudes na sua vida, nos dias de hoje podemos observar através de diversos estudos que , a vida do homem hoje é muito extensa, superando dia a dia as estatísticas ora impostas.

O fato de ocorrer, a falta de opção para escolha de um outro regime, nos casos em que é imposto o regime de separação total de bens, já um grande motivo para que o cônjuge sobrevivente adquira o direito de concorrer com os descendentes, uma vez que ao se casar com o falecido, ambos não obtiveram escolha, e talvez se fosse dada a estes a opção de decidir sobre qual regime gostariam de se casar escolheriam outro não esse, que deixa totalmente a pessoa a mercê da sorte. O direito é um veículo usado para que o mais justo ocorra, para que as pessoas não fiquem desamparadas nem socialmente e muito menos financeiramente, é aquele instituto que ao mesmo tempo reflete e pensa no bem para a sociedade e também no bem individual, mas aos nos depararmos com tal situação, verificamos que o direito acaba se esquecendo do seu verdadeiro objetivo, intervindo de forma equívoca na vida do outro, e deixando pessoas indignadas com suas regras que não são coerentes, quando nos deparamos com algumas situações e em especial esta que é objeto deste trabalho. Por que fazer distinção de cônjuge? Porque dizer que temos autonomia se mais a frente a nossa vontade é controlada? Porque dizer que a separação obrigatória de bens visa proteger o cônjuge, sendo que na separação convencional de bens, que é gênero da espécie Separação Total de Bens, o CÔNJUGE POR LIVRE E ESPONTÂNEA VONTADE FIRMA O COMPROMISSO DE NÃO QUERER QUE SEU PATRIMÔNIO SE COMUNIQUE COM OUTRO, e mesmo assim quando um falece a lei dá o direito de herança, fazendo então com que não seja imposta a vontade ora estipulada no momento do matrimônio? Porque, a mesma lei ao se deparar com um caso em que NÃO FOI ESTIPULADO A ESCOLHA POR VONTADE DAS PARTES AO CONSISTIR O MATRIMÔNIO POR UM DETERMINADO REGIME, MAS TÃO SOMENTE PORQUE A LEI OBRIGOU, essa lei veta o direito do cônjuge sobrevivente herdar parte do patrimônio, ficando totalmente desamparado? Ora, se o

regime da separação convencional não surtiu seus efeitos após a morte, porque o da separação obrigatória é tratado de forma diferente?

A Súmula 377 do Superior Tribunal Federal, ao estabelecer a comunicação dos bens, determina uma visão diferente daquela que expõe o legislador, fazendo com que se tenha uma visão coerente e justa em relação a sucessão no regime de separação obrigatória de bens. Neste viés, traz-se entendimento do Tribunal:

RECURSO ESPECIAL – REGIME DA SEPARAÇÃO OBRIGATÓRIA – COMUNHÃO DOS. CASAMENTO. SEPARAÇÃO OBRIGATÓRIA. SÚMULA Nº 377 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Precedentes da Corte. 1. Não violenta regra jurídica federal o julgado que admite a comunhão dos aqüestos, mesmo em regime de separação obrigatória, na linha de precedentes desta Turma. 2. Recurso especial não conhecido. (STJ - REsp 208640 / RS - RECURSO ESPECIAL Nº 1999/0025259-4 - Rel. MINISTRO CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO – TERCEIRA TURMA – Data do acórdão – 15/02/2001).

Em concordância com este entendimento, outros julgadores vem adotando tal decisão:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. INVENTÁRIO. UNIÃO ESTÁVEL. CONTRATO DE CONVIVÊNCIA. SEXAGENÁRIO. REGIME DA SEPARAÇÃO OBRIGATÓRIA. VIÚVA. EXCLUSÃO DA SUCESSÃO. IMPOSIÇÃO JUDICIAL PARA DEMONSTRAR AJUIZAMENTO DE AÇÃO. DISCUSSÃO SOBRE O DIREITO À MEAÇÃO. ATENDIMENTO EXTEMPORÂNEO. PRECLUSÃO. HOMOLOGAÇÃO DA PARTILHA. RECURSO PROVIDO. "Simplificadamente, pode-se dizer que não tomada uma conduta no momento específico, há perda da faculdade, extinta pela preclusão" (doutrina). O inventário, dada sua própria finalidade, reclama um procedimento mais célere, não havendo espaço para disputa judiciária improfícua. "Apenas os bens adquiridos na constância da união estável, e desde que comprovado o esforço comum, devem ser amealhados pela companheira, nos termos da Súmula n. 377 do STF" (TJSC, Ap. Cív. n. , de Balneário Camboriú, rela. Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta, j. em 12-6-2011).(TJ-SC - AG: 2013014094 SC 2013.014094-0 (Acórdão), Relator: Fernando Carioni, Data de Julgamento: 19/08/2013, Terceira Câmara de Direito Civil Julgado)

Não obstante o que já fora dito anteriormente, e ainda com base no entendimento da corrente majoritária, os tribunais vem entendendo o direito de sucessão no em tela ora exposto

nesse trabalho. Se fazendo constitucional tal entendimento, e provando que há total incoerência no que tange os artigos 1.829,I e 1.641,II do CC/02.

4- CONCLUSÃO

O que se percebe ao fim do presente estudo é que o ordenamento jurídico brasileiro, mas precisamente o Código Civil de 2002, se mostra muito ultrapassado, repleto de incoerências à aplicação da própria lei. O Direito é um conjunto, que deve ser interpretado como um todo, baseando-se em seus princípios, jurisprudências e doutrina, utilizando-se de analogias para preencher as suas lacunas, vetando assim ao máximo os reflexos dos dispositivos falhos com a realidade e que tem como consequência grandes injustiças, fazendo pois com que a sua aplicação seja uma aventura, na qual nós estudantes de direito, juntamente com doutrinadores, professores, magistrados, advogados e pessoas civis somos os aventureiros que procuram incessantemente o caminho correto para desvendar esse labirinto feito pelo nosso legislador.

Deste modo, a atuação do legislador no âmbito do direito das sucessões se faz urgentemente necessária, pois não pode este se furtar ao dever de prever no ordenamento as suas consequências no âmbito tanto do direito de família, como no direito sucessório. Uma vez se tratando da divisão de herança entre os herdeiros necessários, mas precisamente entre os cônjuges e os descendentes, a ocorrência de situações em que irão concorrer os descendentes com cônjuge sobrevivente casado com pessoas com mais de 70 anos, ou menores, já é, e será ainda mais constante tendo em vista o avanço, a modernização da nossa sociedade.

Ainda que a norma do legislador, no que tange os dispositivos que regem o Regime de Separação Obrigatória de Bens seja, a princípio, vigentes em relação ao ordenamento jurídico, não me parece justo, pois as lacunas deixadas por este, no que diz respeito a esse assunto faz com que ocorra uma grande multiplicidade de entendimentos, e assim acarretando, uma série de julgados que não são coerentes, passando uma insegurança jurídica, traduzidas em interpretações cada vez mais opostas ao verdadeiro sentido, foco que o direito atingir, qual seja o direito sucessório justo e ao mesmo tempo social, em relação ao vínculo ora formado pelo cônjuge sobrevivente e os descendentes.

Ademais, doutrina e jurisprudência se inclinam – se cada vez para entendimento de que, os bens no Regime de Separação Obrigatória de Bens, no que tange principalmente o art. 1641, inciso II, devem-se comunicar, pois “ esse castigo” que a Lei traz é totalmente inconstitucional, fere diretamente princípios que são pilares para a vida jurídica e civil das pessoas, conforme se os posicionamentos acima transcritos. O argumento que o legislador traz é que referido dispositivo legal visa a proteção ao patrimônio do idoso com idade superior a 60(Sessenta) anos, mas ao meu ver há um descompasso do legislador coma realidade social e constitucional nos dias de hoje.

5- Referências Bibliográficas

RIZZARDO, Arnaldo.1942-Direito de Família: Lei nº 10.406,de 10.01.2002. 5ª Edição.

- OLIVEIRA, RosyMara.Manual para Apresentação de Trabalhos Científicos: TCC's. Monografias, Dissertações e Teses. Disponível em http://www.unipac.br/bb/guias/manual_de_normalizacao2013.pdf>. Acesso em : 29 out. 2013.
- MADALENO, Rolf. Do regime de bens entre os cônjuges. In: DIAS, Maria Berenice; PEREIRA, Rodrigo da Cunha. (coord.) Direito de Família e o Novo Código Civil. 3. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.
- VENOSA,Silvio de Sávio.Direito CIVIL. Décima Primeira Edição. Direito de Família.11 ed.São Paulo:Atlas,2011 .
- http://www.mariaberenice.com.br/uploads/1 - art. 1641 - _inconstitucionais limita%E7%F5es ao direito de amar.pdf. Acesso em: 04 nov.2013.
- PEREIRA, Caio Mário da Silva.Instituições do Direito Civil. Direito das Sucessões.18 ed. Rio de Janeiro: Forense,2011.
- <http://www.viajus.com.br/viajus.php?pagina=artigos&id=2672&idAreaSel=5&seeArt=yes>. Acesso em: 30 out. 2013.